

Assunto: Torcida em casa ou no trabalho? – expediente no TJPE em jogos da Seleção

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: ECONOMIA

Seção:

Página: A6

Data: 26/05/2014

**DIÁRIO** de PERNAMBUCO

# Torcida em casa ou no trabalho?

**Comércio, indústria, serviço público e bancos terão horários especiais durante a Copa do Mundo, nos dias de jogos do Brasil ou na Arena**

**ROSA FALCÃO**  
rosafalcao.pe@dabr.com.br

**G**oste ou não de futebol, os trabalhadores brasileiros acabam se envolvendo com os jogos da Copa do Mundo. Afinal, o clima do evento contamina as empresas, o comércio e as repartições públicas. Ainda mais quando a disputa pelo título acontece no Brasil, e por tabela em Pernambuco. Alguns estabelecimentos, como os shopping centers, vão adotar a "paradinha" na hora do jogo e a volta após o juiz apitar o final da partida.

Na indústria o expediente será definido de acordo com o tipo de atividade, mas podem ser negociadas folgas com os trabalhadores. Os funcionários públicos serão os premiados com o ponto facultativo nos dias de jogos. É correr para o abraço e comemorar.

No país, algumas indústrias, como montadoras e de eletro-

domésticos, optaram pelas férias coletivas. A indústria pernambucana não definiu uma estratégia para se livrar da baixa produtividade durante os jogos da Copa. Ricardo Essinger, vice-presidente da Federação da Indústria de Pernambuco (Fiepe), diz que cada empresa vai adaptar o horário dos jogos às circunstâncias. Algumas programaram folgas com compensação de banco de horas. Outras param no horário dos jogos e depois retomam a produção.

## **ALGUMAS INDÚSTRIAS VÃO DAR FÉRIAS COLETIVAS NO PERÍODO DA COPA**

O comércio varejista é um dos mais afetados com os jogos da Copa, porque caem as vendas. Eduardo Catão, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife (CDL), diz que não faz sentido fechar as lojas nos dias de jogos na Arena Pernambuco.

Quando a seleção Canari-nha entrar em campo, as lojas do Centro do Recife fecharão uma hora e trinta minutos antes da partida. Os comerciários serão liberados para assistir os jogos e não pre-

cisam voltar ao batente. É torcer para o Brasil ganhar e comemorar.

As repartições públicas do estado adotarão o ponto facultativo nos dias de jogos do Brasil, bem como nas partidas do Mundial agendadas para a Arena da Copa. Ainda não está definido se a dispensa será nos dois expedientes.

Os funcionários públicos da Prefeitura do Recife só vão trabalhar até às 12h, nos dias de jogos da seleção brasileira e naqueles programados para a Arena Pernambuco. Oportunidade para os servidores municipais prestigiarem as seleções do México, Estados Unidos, Costa do Marfim, Japão, Croácia e Itália.

Quem precisa resolver algum problema na Justiça deve ficar ligado ao expediente nos fóruns e cartórios. Nos dias de jogos do Brasil e nas partidas na Arena Pernambuco será ponto facultativo a partir das 12h no Tribunal de Justiça. As pessoas que têm audiências agendadas nestes dias no horário da tarde serão remanejadas. Entre os dias 23 e 30 de junho o Judiciário entra em recesso.

Os bancos podem adotar horário diferenciado, desde que atendam durante quatro horas ininterruptas.

## **+ saibamais**

*Acerte os horários na Copa*

### **Governo do estado**

Ponto facultativo nos dias dos jogos do Brasil e na Arena Pernambuco

### **Prefeitura de Recife**

Ponto facultativo a partir de 12h nos jogos do Brasil e na Arena

### **Justiça**

Ponto facultativo a partir das 12h nos jogos do Brasil e nas partidas da Arena. De 23 a 30/06 haverá recesso.

### **Comércio do Centro**

Fecha noventa minutos antes dos jogos do Brasil e não reabrirá. Normal nos outros jogos.

### **Shoppings**

#### **Recife, Guararapes e Plaza**

Lojas fecham 30 minutos antes dos jogos do Brasil e reabrem 30 minutos após a partida. No dia 23/06 não reabrem após o jogo. Funcionamento normal no dia de jogos na Arena

#### **Tacaruna**

Fecham 30 minutos antes da partida e reabrem 30 minutos depois. No dia 23, fecha mais cedo e não reabrirá após o jogo. Funcionará de 9h às 22h nos dias de jogos na Arena.

#### **Boa Vista**

Nos dias 12 e 23/06 funciona até 16h30. No dia 17/06 fecha entre 15h30 e 18h30. Normal nos jogos na Arena.

#### **Paço Alfândega**

Nos dias de jogo na Arena Pernambuco funcionará normalmente. Nos do Brasil fechará meia hora antes e abrirá 30 minutos depois.

#### **Indústria**

Expediente definido por cada empresa.

#### **Bancos**

Podem alterar o horário, mas funcionam por no mínimo quatro horas.

Fontes: Governo do estado, Prefeitura de Recife, CDL, Fiepe, TJPE, shopping centers, Febraban

Assunto: Justiça suspende processos e beneficia seis vereadores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: CAPA	Seção:
Página: 1	Data: 26/05/2014



> **Caruaru**

Justiça suspende  
processos e beneficia  
seis vereadores

Política > Página 3

Assunto: Justiça suspende processos e beneficia seis vereadores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: POLÍTICA	Seção:
Página: 3	Data: 26/05/2014



## Defesa dos vereadores de Caruaru consegue mais uma vitória

# Justiça suspende 6 processos

■ **A DECISÃO** evita a cassação de Pastor Jádriel, Louro do Juá, Sivaldo, Cecílio Pedro, Val de Cachoeira Seca e Neto

MÁRIO FLÁVIO  
Especial para a Folha

CARUARU - A defesa dos vereadores caruaruenses indiciados pela Operação Ponto Final conseguiu mais uma vitória na Justiça. Por determinação do juiz José Fernando dos Santos Souza, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, foram suspensos mais seis procedimentos administrativos abertos pela Comissão de Ética contra parlamentares da Câmara da cidade.

A decisão afasta momentaneamente a possível cassação de Pastor Jádriel Nascimento (PROS), Louro do Juá (Solidariedade), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val de Cachoeira Seca



Valdemir Barreto/Divulgação

**MOTIVO** seria o fato de a Comissão de Ética ter como relator o denunciante do caso

(DEM) e Neto (PMN). Uma situação similar já tinha ocorrido na semana retrasada com o vereador Jajá (sem partido).

Os advogados de defesa comemoram a decisão e ratificam as críticas junto à Comissão de Ética. "Apontamos desde o início que vários vícios foram cometidos, sendo

o principal e motivo dessa suspensão, o fato de o relator da Comissão de Ética, vereador Marcelo Gomes, ser também o denunciante dos vereadores, uma situação inconstitucional. A ampla defesa também foi prejudicada, com a negativa de vários pedidos nossos. Por isso o juiz acatou o argumento da defesa.

Esse é apenas um ato que entramos com o recurso, existem ainda várias irregularidades", disse Marcelo Cumaru. Restam ainda três processos abertos na Comissão de Ética da Câmara Municipal contra Evandro Silva (PMDB), Val das Rendeiras (PROS) e Eduardo Cantarelli (Solidariedade). No entanto, os ad-

### Folha resume

Com a suspensão dos seis processos na Comissão de Ética, restam apenas três: um contra o vereador Evandro Silva, outro contra Val das Rendeiras e outro contra Eduardo Cantarelli. Mas os advogados informaram que irão ingressar com um pedido de liminar nos próximos dias para, também, suspendê-los.

vogados informaram que irão ingressar com um pedido de liminar nos próximos dias para suspender os processos. Essa foi a segunda situação favorável à defesa em duas semanas. Na última quinta-feira, foi disponibilizado no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) uma decisão a respeito do afastamento dos dez vereadores indiciados pela Operação Ponto Final.

Por unanimidade, os desembargadores da 4ª Câmara Criminal do TJPE acompanharam o voto do relator Gustavo Lima e mantiveram os parlamentares nas suas

funções legislativas. O julgamento não só ratificou a decisão de liminar, como também rejeitou o recurso impetrado pelo Ministério Público, que pedia o afastamento dos parlamentares das funções.

O presidente da Câmara de Caruaru, Leonardo Chaves (PSD), informou que a Casa não vai recorrer das decisões. "Esse tem sido o nosso posicionamento desde o início dessa celeuma com a Operação Ponto Final e vamos manter a postura", disse Chaves. Já os membros da Comissão de Ética evitaram se pronunciar sobre o assunto.

Assunto: Novos desembargadores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA
Página: 3	Data: 26/05/2014



## NOVOS DESEMBARGADORES

Começa outra disputa no Tribunal de Justiça com as seis novas vagas de desembargador. Três serão preenchidas de imediato e a escolha deve ocorrer antes do recesso. O juiz Eudes Prazeres França vira desembargador na vaga por antiguidade e Carlos Moraes, que já figurou na lista duas vezes, como manda o protocolo da Casa, será eleito por merecimento. Fábio Eugênio já entrou uma vez, deve figurar ainda em outras duas e tem tudo para se tornar o 3º desembargador desta leva.

Assunto: Juízes aspirantes	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA
Página: 3	Data: 26/05/2014



## JUÍZES ASPIRANTES

Hoje, aliás, termina o prazo de inscrição para os juízes mais antigos que pretendem entrar na lista para aspirar o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Os mais cotados para ficarem como remanescentes e entrarem para o TJ em janeiro, com as novas três vagas, são: Humberto Vasconcelos, Demócrito Ramos Reynaldo, Gabriel Cavalcanti, Honório Rêgo e Heriberto Galvão.

Assunto: Niver jurídico	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA
Página: 3	Data: 26/05/2014



## NIVER JURÍDICO

Cláudia, mulher do desembargador Mauro Alencar, figura muito querida na sociedade e no mundo jurídico, comemora seu aniversário, dia 15 de junho, no La Cuisine Petit. Como é fã número 1 de Caetano Veloso, claro, quem anima a festa é a Banda Caetano, além de banda cover dos Beatles e o DJ Magal. Pense numa noite que vai ser animada.

Assunto: Dia Nacional da Adoção	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção:
Página: 2	Data: 25/05/2014

**jornal do**  **commercio**

# Ato de amor em forma de adoção

**FAMÍLIA** Oitenta crianças são pretendidas por 400 pais e mães em Pernambuco. Hoje, quando se comemora o Dia Nacional da Adoção, haverá caminhada em Boa Viagem, às 9h

Juliana Lira/Divulgação



**FELICIDADE** Daniella e Fabiano juntos aos seus três filhos: opção pela adoção

**M**ais de 5 mil crianças em todo o Brasil estão hoje aptas para adoção. Em outra fila, cerca de 30 mil famílias aguardam para acolher um filho. No Dia Nacional da Adoção, comemorado hoje, o maior desafio é alinhar essas duas esperas, ampliando o perfil idealizado por candidatos a pais e mães. Pelo menos 80% deles procuram crianças de zero a três anos ou não consideram a adoção de irmãos. Somado a esses fatores, a falta de celeridade da Justiça acaba retardando o encontro de novas famílias.

Os dados são da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, que também revela que em Pernambuco são 80 crianças para cerca de 400 pretendentes, seguindo tendência nacional. “A maior dificuldade é mostrar à sociedade que uma criança mais velha tem capacidade de amar a nova família. As experiências nos mostram que elas renascem a partir da adoção”, diz Suzana Schettini, presidente da Gead Recife, grupo de apoio à adoção.

Ao entrar na fila para receber um filho, o candidato precisa passar por um longo processo, que inclui avaliação psicossocial e curso preparatório. Nessa etapa, a família irá se preparar para receber a criança e superar dificuldades que surgirem. “Muitas têm uma história sofrida e precisam recuperar a confiança na figura dos pais. Mas o que vemos é que tudo isso pode ser superado com o amor”, avalia Suzana.

Para ela, a mudança na imagem do filho esperando pela sociedade é possível. Segundo ela, nos últimos cinco anos o número de famílias brancas que adotam crianças negras e pardas – o que não era tão comum – cresceu consideravelmente, fazendo com que o foco das campanhas se voltasse para a faixa etária e grupos de irmãos.

O casal Daniella Monteiro e Fabiano Xavier, ambos 35 anos, não recorreu à adoção como última opção. “A adoção sempre foi uma possibilidade, não tínhamos nenhum problema de fertilização. Começamos a procurar informações sobre o processo e eu acabei engravidando no primeiro mês”, conta a jornalista. Depois do nascimento de Pedro, o primogênito, o casal passou a frequentar o Gead, onde a “gestação” – o processo de adoção – aconteceu psicologicamente, aprendendo com pessoas que haviam passado por todas as etapas.

Após dois anos e meio de espera, a notícia chegou no dia do aniversário de Daniella. E em dobro. “Sempre quis uma família grande, mas a princípio só adotariamos um. Depois ver a realidade, ampliamos nosso perfil e decidimos pela adoção de irmãos”, explica. Felipe, 3, e Luciano, 1, se adaptaram bem e foram muito comemorados pelo mais velho, Pedro.

Reformulada em 2009, a Lei da Adoção determina que grupos de irmãos permaneçam prioritariamente juntos, o que acaba deixando essas crianças fora do perfil de muitos pais. “O problema é maior quando são quatro, cinco irmãos. Uma opção é a adoção solidária, quando os irmãos são adotados por famílias que assumem o compromisso de manter o vínculo entre eles”, explica Suzana.

Outra mudança na legislação estipula prazos, não permitindo que uma criança passe mais de dois anos em um abrigo sem que seja liberada para adoção ou volte para a família de origem. “O Recife é uma referência em adoção, mas na maior parte do Brasil o judiciário tem dificuldade com a parte técnica, já que é preciso uma equipe multidisciplinar para fazer as avaliações”, diz. Por isso, 45 mil crianças em todo o País estão hoje com o processo parado de liberação para adoção.

## AGENDA

O Gead Recife realiza desde a segunda-feira o ConVIVA Adoção, uma série de ações para promover a causa. Hoje, às 9h, acontece a quarta caminhada pela adoção pela Avenida Boa Viagem, partindo da Pracinha de Boa Viagem até as imediações do Edifício Acaiaca. A entidade também promoveu durante a semana uma exposição no Shopping Recife de 17 retratos da fotógrafa Juliana Lira mostrando famílias adotivas e palestras voltadas para alunos do ensino fundamental de escolas particulares do Recife.



## Saiba mais

### Quem pode adotar?

Além de casais, pessoas solteiras, viúvas ou que vivem em união estável também podem adotar. Adoção por casais homoafetivos ainda não está estabelecida em lei, mas alguns juizes de Pernambuco já deram decisões favoráveis.

### Qual a idade para adotar?

A idade mínima é 18 anos, independentemente do estado civil, desde que seja respeitada a diferença de 16 anos entre quem deseja adotar e a criança a ser acolhida.



### O que pode impedir o processo de adoção?

Estilo de vida incompatível com a criação de uma criança ou razões equivocadas (para aplacar a solidão; para superar a perda de um ente querido; superar crise conjugal etc.) podem inviabilizar uma adoção.

## PASSO A PASSO DA ADOÇÃO



**1.** Ir à Vara de Infância e Juventude do município com os documentos: identidade; CPF; certidão de casamento ou nascimento; comprovante de residência; comprovante de rendimentos ou declaração equivalente; atestado ou declaração médica de sanidade física e mental; certidões cível e criminal

**2.** Fazer uma petição e dar entrada no processo na Vara de Infância. É preciso informar se o processo correrá na comarca, no Estado, na região ou no país

**3.** Participar de um curso de preparação psicossocial e jurídica

**4.** Passar por uma avaliação psicossocial com entrevistas e visita domiciliar feitas por uma equipe técnica. O resultado será encaminhado ao Ministério Público e ao juiz da Vara da infância



**5.** Participar de uma entrevista técnica, descrevendo o perfil da criança desejada, como gênero, faixa etária, estado de saúde, por exemplo

**6.** Ao receber laudo da equipe técnica e parecer do Ministério Público, o juiz emite a sentença. Sendo favorável, o pretendente passa a fazer parte dos cadastros de adoção, com validade de dois anos.

**7.** O perfil desejado pelos pretendentes é cruzado com as informações das crianças disponíveis pra adoção



**8.** A criança é encontrada e o pretendente é notificado pela Vara da Infância, que apresenta o histórico de vida da criança. Havendo interesse, as partes são apresentadas

**9.** A criança passa por uma entrevista e irá dizer se quer continuar o processo com os pretendentes escolhidos. Se sim, serão promovidos encontros monitorados por uma equipe técnica, que podem ser no próprio abrigo, pequenos passeios ou na residência do pretendente



**10.** Se a aproximação for positiva, o pretendente entra com o processo e recebe a guarda provisória. Equipes técnicas continuam fazendo visitas até o fim do processo

**11.** O juiz dá a sentença pela adoção. O antigo registro de nascimento da criança é cancelado e um novo é emitido com o sobrenome da família, fazendo com que a criança tenha todos os direitos dos filhos biológicos



Assunto: Um ano sem respostas	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção:
Página: A10	Data: 25/05/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

**Moradores do Conjunto Residencial Eldorado, no bairro do Arruda, passaram a tarde em frente ao condomínio para protestar contra a negligência em relação ao futuro do local, desocupado por risco de desabamento**

“**E**u era telefonista da Telpo quando me aposentei, depois de 25 anos de trabalho. Todas as minhas economias investi nesse apartamento. E agora, o que eu tenho?”. Foi com essa expressão emocionada que a aposentada Ivonete Santana, 61 anos, definiu a sua atual situação, um ano após a interdição do Conjunto Residencial Eldorado, no bairro do Arruda. Para marcar a data e protestar contra a falta de informações, alguns moradores passaram a tarde deste sábado em frente ao condomínio, hoje abandonado. No dia 24 de maio de 2013, 224 famílias tiveram que deixar seus apartamentos, às pressas, após o bloco A1 ameaçar desabar.

O que mais tem incomodado os moradores é a negligência. “Não sabemos se vamos voltar ou se seremos indenizados e toda essa estrutura será demolida. Não sabemos de absolutamente nada”, queixa-se o aposentado Roberto Lemos, 52 anos.



ALLAN TORRES ESP/DF/DA PRESS

Famílias que deixaram seus apartamentos reclamam da falta de informações

# Um ano sem respostas

Segundo ele, foi uma luta conseguir que a Caixa Econômica Federal e a Caixa Seguradora pagassem o auxílio-aluguel das famílias. “Até hoje tem morador sem receber. Quando conversamos com os advogados e com a prefeitura, sempre aparecem muitas especulações. No papel, não existe nada concreto”, desabafa.

A dona de casa Terezinha Cândido, 43 anos, disse que está apreensiva porque os valores de aluguéis estão sofrendo reajustes e não sabe como

será a partir de agora. “Foi aqui que escolhemos para morar. Estamos vivendo em casas que foram alugadas de última hora”, diz a ex-moradora do Eldorado.

O advogado Renato Canuto, à frente do processo de 132 famílias, informou que não há novidades. “As ações estão na 9ª Vara Cível da justiça estadual e estamos aguardando as mudanças que virão com a Medida Provisória 633. Até lá, ninguém sabe o que vai acontecer”, disse. A MP 633 transfere para a Jus-

tiça Federal as ações contra o Sistema Financeiro Habitacional (SFH). O advogado André Frutuoso, que representa 77 famílias, não atendeu as ligações da reportagem.

O Conjunto Eldorado possui 14 blocos, cada um com 16 apartamentos. Em maio do ano passado, dois prédios, o A1 e A2, foram interditados, com rachaduras na estrutura, após entrarem em processo de desabamento, segundo a Defesa Civil. Depois disso, os demais blocos também foram desocupados.

Assunto: Desembargadora	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção: JOÃO ALBERTO
Página: E3	Data: 25/05/2014

## **DIARIO** de PERNAMBUCO

### ***Desembargadora***

O Tribunal de Justiça de Pernambuco volta a ter uma desembargadora. Dayse Andrade toma posse em sessão solene, dia 9, no pleno daquela corte.

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: POLÍTICA	Seção:
Página: 7	Data: 24/05/2014

---

## Vereadores escapam de cassação em Caruaru

**S**ete dos dez processos disciplinares contra os vereadores envolvidos na Operação Ponto Final foram suspensos pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, José Fernando. Os vereadores estavam sendo investigados pela Comissão de Ética da Câmara municipal de Caruaru e poderiam ter os mandatos cassados, caso o colegiado entendesse que eles são culpados.

Os processos disciplinares envolviam os vereadores Jajá (sem partido), Pastor Jadiel (Pros), Louro do Juá (SDD), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val da Cachoeira Se-

ca (DEM) e Neto (PMN).

A defesa dos vereadores alega que o relator dos processos é o vereador Marcelo Gomes (PSB), filho do vice-prefeito da cidade, Jorge Gomes. “Ele é parte interessada porque é filho do vice-prefeito, além de presidente da Comissão de Redação de Lei, que é a que legitima o que foi decidido na de Ética. Como é que haveria questionamento, já que ele é presidente?”, afirmou o advogado Marcelo Cumarú. Na próxima semana, o advogado solicitará a suspensão dos processos disciplinares que envolvem os demais vereadores.

Assunto: Prisão de torcedores – 2ª Vara Criminal	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: ESPORTES	Seção:
Página: 1	Data: 24/05/2014

**jornal do  commercio**

# Operação prende 2 torcedores

**VIOLÊNCIA** Polícia detém membros da Fanático por briga em 2013. Quatro da Jovem estão foragidos



Ricardo B. Labastler/JC Image

**PRESOS** Dois da Fanático estão presos por briga com Jovem

**G**ol de Placa. O nome dado à operação realizada na manhã de ontem pela Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (Core) mostra que a Polícia Civil, depois de sucessivos crimes cometidos pelas torcidas organizadas de Pernambuco, finalmente está virando o jogo contra a impunidade e marcando um tento ao montar um merecido cerco as uniformizadas. No total, foram expedidos seis mandados de prisão preventiva e até o fechamento desta edição dois haviam sido cumpridos. Foram os dois integrantes da Torcida Fanático detidos. Os outros quatro alvos, todos da alta cúpula da Torcida Jovem, do Sport, não foram achados e estão foragidos.

As prisões foram resultado de uma investigação realizada desde agosto do ano passado, por causa de uma briga entre as organizadas no dia 20 daquele mês, na junção da Avenida Conde da Boa Vista com a Rua da União, no bairro da Boa Vista, no Recife. Na ocasião, integrantes da Fanático começaram uma confusão em retaliação a uma tentativa de invasão da Jovem à sua sede, no dia 30 de julho. As imagens captadas por câmeras de segurança e de testemunhas foram utilizadas para a identificação, além do trabalho de monitoração em redes sociais.

No total, foram 14 indiciados. Os dois detidos de ontem são os alvirrubros Wallace Santos Duarte, de 23 anos, co-

nhecido como Wallace Bomba, que foi preso em casa no bairro de Candeias, em Jaboatão dos Guararapes, e David Marcos Custódio de Lira, 24, conhecido como David Wave, detido no Cordeiro, Zona Oeste do Recife. Os quatro foragidos são o presidente da Jovem, Mário de Azevedo Santos Jr., Marinho, 35 anos, o vice-presidente, Henrique Marques Ferreira, 28, o diretor Lázaro Rodrigues dos Santos, 28, e um dos fundadores, Josué Joaquim do Nascimento, 37, conhecido como Josué Bauá.

Eles foram indiciados por dano ao patrimônio público e privado, formação de quadrilha e provocação de tumulto. As penas podem chegar até 10 anos de prisão. A operação de ontem contou com 56 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães. Os mandados de prisão foram expedidos pela 12ª Vara Criminal do Recife.

“Concluimos o procedimento policial do fato que ocorreu no ano passado, no dia 20 de agosto, no dia do jogo Sport x Náutico, na Ilha do Retiro (pela Copa Sul-Americana), que culminou com a prática de vandalismo, tumulto generalizado nas vias públicas, dano ao patrimônio público e privado e rixa. Eles se agruparam em bandos ou quadrilhas para a prática desses delitos e foram indicados por isso”, afirmou o delegado Carlos Onofre, da Delegacia de Intolerância Esportiva.

Assunto: Denúncia contra torcedores – 2ª Vara Criminal

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: ESPORTES

Seção:

Página: 2

Data: 24/05/2014

jornal do  commercio

# MPPE denuncia trio da Inferno

**TRAGÉDIA** Luiz Cabral, Waldir Pessoa e Everton Santana são acusados da morte do torcedor da Jovem (Sport) Paulo Ricardo Gomes da Silva

Dez horas depois da Polícia Civil promover uma operação para prender integrantes de torcidas organizadas, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ofereceu denúncia ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) contra o trio de torcedores da Inferno Coral acusados de envolvimento na morte do torcedor da Jovem Paulo Ricardo Gomes da Silva, 26 anos, atingido por um vaso sanitário, no dia 2 de maio, no entorno do estádio do Arruda, no Recife, após a partida entre Santa Cruz e Paraná, pela Série B do Brasileiro.

O processo foi encaminhado à 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital por volta das 16h de ontem e começou a ser avaliado pelo juiz Jorge Luiz dos Santos Henriques. O magistrado também vai se posicionar quanto ao pedido de anulação da reconstituição do crime feito pelo advogado de Luiz Cabral de Araújo Neto, 30 anos, que teria sido coagido a participar da simulação. "Estou analisando o pedido de anulação e também a denúncia do Ministério Público. Na tarde da próxima segunda-feira vou decidir as duas questões", avisou Jorge Luiz.

Além de Luiz Cabral, Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34 anos, e Everton Filipe Santa-



Hélio Schepp/JC Imagem

**CRIME MPPE oferece denúncia à Justiça contra o trio da Inferno Coral acusado de assassinato**

Crime ocorreu no dia 2 de maio, no duelo entre Santa Cruz e Paraná

na, 23, foram acusados pelo homicídio de Paulo Ricardo e três tentativas de homicídio contra outras três vítimas feridas pelos vasos. Os crimes foram duplamente qualificados, com agravante de motivo fútil e mediante surpresa. O promotor de Justiça Eduardo Tavares, responsável pela denúncia, também solicitou a manutenção da prisão preventiva do trio que segue detido no Centro de Observação e Triagem

Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima.

Ewerton, Luiz e Waldir foram presos, nesta ordem, na semana seguinte ao crime. Na noite do dia 12 de maio, os três suspeitos participaram da reconstituição do crime. A delegada Gleide Ângelo, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), ficou a frente das investigações e entregou o inquérito ao MPPE no último dia 16.

# Advogado pedirá anulação

O advogado da Torcida Jovem Maury Dantas, que representa os quatro foragidos, disse que não sabe o paradeiro deles e que pedirá a revogação das prisões preventivas. Ele vai entrar com o recurso na próxima segunda-feira na 12ª Vara Criminal do Recife, onde os mandados foram expedidos.

“Há dias que não tive mais contato com eles, não tenho nem ideia de onde possam estar. Vou solicitar a revogação das prisões porque os crimes citados são de menor potencial ofensivo e por isso não necessitam de prisão cautelar”, argumentou Maury.

De acordo com o chefe da unidade de Operações Especiais da delegacia de Repressão à Intolerância Esportiva, Diogo Faria, os fora-



**FORAGIDOS** Polícia crê que membros da Jovem estão em BH

gidos Mário, Henrique, Josué e Lázaro, acabaram sendo alertados por conta da publicação do processo referente às prisões na página oficial do Tribunal de Justi-

ça de Pernambuco (TJPE), na última quarta-feira. Os membros da Jovem teriam viajado para acompanhar o jogo do Sport contra o Cruzeiro, na última quarta, em

Belo Horizonte, e não teriam retornado para o Recife.

Ainda segundo o Core, a operação seria realizada na semana passada, mas por questões burocráticas e de greve da Polícia Militar de Pernambuco os mandatos só puderam ser cumpridos ontem. “Outras investigações estão sendo realizadas, mas neste momento apenas estas torcidas do Sport e do Náutico participam do processo”, explicou o diretor.

O único dos detidos que falou com o **JC** ontem foi Wallace Santos. Ele disse que faz parte da Fanático desde adolescente e que já foi diretor da organizada, mas negou que estivesse envolvido na confusão. “Estava lá tentando acalmar o pessoal”, alegou.

Reprodução: Ricardo B. Labastier/JC Imagem



Assunto: OAB pede mais um juiz para a Comarca de Jaboatão	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção: jc nas ruas
Página: 2	Data: 24/05/2014

### **Juiz exclusivo...**

Diante da situação na cidade com a segunda maior população do Estado, a OAB protocolou no TJPE um documento em que pede um magistrado para tratar apenas da violência contra a mulher. A prefeitura endossa a solicitação.

### **...para Jaboatão**

A atual juíza da Vara, Andrea Cartaxo, acumula as atribuições da Vara Criminal. Há cerca de 5 mil processos relativos à violência contra a mulher empilhados, à espera de julgamento. Conseguir zerar as pendências é uma tarefa para lá de difícil. Humanamente impossível.

Assunto: O cerco continua se fechando

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: ESPORTES

Seção:

Página: 4

Data: 24/05/2014



Dois integrantes da Fanático foram presos ontem e encaminhados para o Cotel

# O cerco continua se fechando

**OPERAÇÃO Gol de Placa, da Polícia Civil, ainda está à procura de quatro integrantes da Torcida Jovem o Sport**

KETHERYNE MARIZ  
Da editoria de Cotidiano

Com o objetivo de desarticular membros de torcidas organizadas do Náutico (Fanático) e do Sport (Torcida Jovem), responsáveis por atos de vandalismo, tumulto generalizado, dano ao patrimônio público e formação de quadrilha, a operação Gol de Placa foi realizada ontem pela manhã. Dos seis mandados de prisão expedidos pela Justiça, apenas dois foram cumpridos, com a prisão de dois membros da Fanático. Quatro integrantes da Jovem continuam foragidos. Entre os procurados estão o presidente, o vice-presidente e o fundador da organizada.

A operação, que foi coordenada pelo Comando de Operações e Recursos Especiais (Core), teve investigações iniciadas há nove meses e foram efetuadas pela Delegacia de Polícia e Repressão à Intolerância Esportiva, apoiados pelo Núcleo de Inteligência da Polícia Civil. A ação foi possível por meio das investigações e de câmeras que identificaram a participação do mesmo grupo nos tumultos generalizados e em atos de vandalismo ocorridos no ano passado.

Os dirigentes da Fanático, Wallace Santos Duarte, 23 anos, e Davi Marcos Custódia de Lira, 24, foram presos nos



Leo Motta

IMAGENS feitas por câmeras ajudaram na identificação

## Folha resume

A Polícia Civil de Pernambuco continua o seu cerco aos integrantes de torcidas organizadas que promovem confusões no Recife. Ontem, dois membros da Fanático foram detidos, durante a operação Gol de Placa. Quatro da Torcida Jovem, que tiveram mandados de prisão expedidos contra eles, estão foragidos.

## FORMAÇÃO DE quadrilha, rixas e danos ao patrimônio são algumas acusações

baixos do Cordeiro e Can-deias, quando estavam em suas casas. O Core informou que os dois integrantes eram conhecidos como "hoologans da Fanático". Eles foram detidos por formação de quadrilha, rixas e danos ao patrimônio público e privado.

A investigação que levou à

prisão dos suspeitos foi baseada no fato pontual do dia 30 de julho do ano passado, em que a Torcida Jovem invadiu a sede da Fanático, no Edifício Canadá, na avenida Conde da Boa Vista. Não deixando por menos, os uniformizados alvirubros resolveram revidar no dia 20 de agosto, invadindo a sede da Jovem, na rua da Aurora.

Nesse acontecimento, depois da invasão, eles foram para as ruas, onde aconteceu depredação de veículos, trânsito interrompido e danos ao patrimônio. Eles agiam com barra de ferro, pedaços de madeira e pedras. Segundo o

## Saiba mais

**INFORMAÇÕES** - Familiares do presidente da Torcida Jovem, Mario de Azevedo Santos Junior, teriam informado aos agentes que desde o jogo no Mineirão - onde o Sport enfrentou o Cruzeiro, na última quarta-feira -, ele não teria voltado para casa. "Eles têm sedes e sub-sedes no Estado e fora do Estado também, nós podemos sim fazer uma parceria com instituições de segurança pública a partir do momento que achamos necessário dentro da investigação", afirmou o diretor do Core, José Silvestre.

Core, ainda existem quatro investigações em andamento, que tratam de fatos semelhantes.

O presidente da Torcida Jovem, Mario de Azevedo Santos Junior, o Marinho, de 35 anos, está foragido, assim como o vice-presidente da TJS, Henrique Marques Ferreira, 28. Lázaro Rodrigues dos Santos, 28, conhecido como Lala, e o fundador da Jovem, Josué Joaquim do Nascimento (José Bauá). "Percebemos um destemor pela justiça, eles não acreditam que possam sofrer algum tipo de retaliação. O objetivo é que com a retirada dessas pessoas das ruas, seja possível evitar novas confusões" disse o diretor do Core, José Silvestre. Os detidos foram encaminhados para o Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel).

## MPPE denuncia trio suspeito de morte

IRCE FALCÃO

Após uma semana de posse do inquérito policial sobre o assassinato do soldador naval Paulo Ricardo Gomes da Silva, de 26 anos, morto no dia 2 de maio ao ter sido atingido por um vaso sanitário enquanto deixava o Estádio do Arruda, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) acionou a Justiça ontem, denunciando o trio suspeito pelo crime. Waldir Pessoa Firmo Júnior, de 34 anos, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Everton Filipe Santana, 23, foram indiciados por um homicídio e três tentativas de homicídio contra outras três vítimas que ficaram feridas na ocasião, configurando crimes duplamente qualificados, com agravante de motivo fútil e mediante surpresa.

O caso ficou nas mãos do promotor de Justiça Eduardo Tavares, que além de abrir uma denúncia contra os acusados, solicitou ainda a manutenção da prisão preventiva deles, que estão no Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima. O processo foi encaminhado à 2ª Vara do Tribunal do Juri da Capital e será analisado pelo juiz Jorge Luiz dos Santos Henrique. Se condenados, os suspeitos poderão pegar

até 30 anos de reclusão como pena. A denúncia do MPPE foi embasada pelas investigações da delegada Gleide Ângelo, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Nas próximas semanas, os defensores dos suspeitos terão acesso ao relatório do inquérito e iniciarão os planejamentos de defesa dos réus. No caso de Luiz Cabral, ainda está em aberto o pedido de anulação da reprodução simulada, solicitado pelo advogado Carlos Alberto Rodrigues. Segundo ele, Luiz teria sido coagido a participar desse procedimento contra a sua vontade. "O pedido teria que ser entregue junto com o inquérito, então deve ser julgado nos próximos dias. Meu cliente (Luiz) me contou não ter arremessado o vaso. Tenho uma estratégia de defesa preparada e um plano B", contou Rodrigues.

Já o advogado de Everton Felipe, Adelson José da Silva, prefere esperar os detalhes do inquérito para encaminhar o trabalho. "Vou ter dez dias para pegar o processo, ver os fundamentos usados e, em cima disso, pensar na defesa", disse. A reportagem da **Folha de Pernambuco** tentou contato com Jurandir Alves, advogado de Waldir, mas não obteve êxito.

<b>Assunto: SDS e TJPE divulgam ações de segurança para a Copa do Mundo</b>	
<b>Veículo:</b> jconline.com.br	<b>Data:</b> 26/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### TORCEDOR

#### SDS e TJPE divulgam ações de segurança para a Copa do Mundo

*O primeiro jogo na Arena Pernambuco está marcado para as 22h do dia 14 de junho, entre Costa do Marfim e Japão*



Foto: Guga Matos/JC Imagem

O Governo do Estado e o Tribunal de Justiça de Pernambuco divulgaram na manhã desta segunda-feira (26) as ações de segurança que serão tomadas para a Copa do Mundo 2014. A Secretaria de Defesa Social (SDS) criou um centro integrado que irá concentrar 33 órgãos de monitoramento, que começa a funcionar hoje. O TJPE instalou três postos avançados de atendimento especializado para o mundial, que iniciam operação no dia 2 de junho. O primeiro jogo na Arena Pernambuco está marcado para as 22h do dia 14 de junho, entre Costa do Marfim e Japão.

O Centro Integrado de Comando e Controle Regional de Pernambuco (CICCR) funciona durante 24 horas no segundo andar do prédio da Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), na Avenida Rio Capibaribe, no bairro de São José, no Centro do Recife. Em dias de jogos, trabalham 86 profissionais da Polícia Militar, Celpe, Corpo de Bombeiros, Compesa, Polícia Federal e Rodoviária, Samu, entre outros órgãos. Nos dias em que não houver jogo na Arena, trabalham 67 pessoas.

Segundo o secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho, a vantagem desse centro é ter ações de segurança e monitoramento em um mesmo espaço físico. "Tudo poderá ser resolvido pessoalmente. Tudo que for referente à Copa passa por aqui. Nós já recebemos todo o cronograma de chegada e saída das seleções, com o deslocamento para os hotéis, treinos e os trajetos hotel/arena e arena/hotel", explicou.

Para monitorar o movimento das ruas, a central possui 535 câmeras em Recife e Olinda. Além disso, 250 câmeras supervisionam as dependências e entorno da Arena Pernambuco, porém essas ficarão à cargo da Fifa. Para auxiliar no monitoramento da cidade, haverá uma central de inteligência regional, coordenada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que funcionará na Rua Cônego Barata, no Arruda, Zona Norte do Recife. Uma outra, a Central de Coordenação de Defesa de Área, opera sob comando das três Forças Armadas no quartel da 7ª região, no bairro de Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes.

<b>Assunto: TJPE atuará com três postos avançados durante a Copa do Mundo</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 26/05/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**G1****PERNAMBUCO**

## **TJPE atuará com três postos avançados durante a Copa do Mundo**

*Sedes de plantão judiciário vão atender em horário diferenciado. Campanha publicitária vai orientar a população sobre os serviços.*



TJ anuncia funcionamento durante a Copa (Foto: Vitor Tavares/G1)

Uma operação especial foi montada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para a Copa do Mundo de 2014. Os detalhes foram anunciados nesta segunda-feira (26). Serão instalados três postos avançados e 15 sedes de plantão judiciário atendendo em horário diferenciado, com mais de 100 servidores atuando. Além do esquema especial para os jogos realizados no Recife, haverá ainda atendimento em dias de

jogos da Seleção Brasileira, devido à preocupação sobre eventuais problemas durante as partidas.

Os desembargadores Frederico Neves, presidente do TJPE, e Luiz Carlos Figueiredo, coordenador das atividades na Copa, apresentaram detalhes do processo de divulgação e atuação da Justiça pernambucana.

Os postos avançados do Tribunal de Justiça funcionarão no Aeroporto Internacional dos Guararapes, na Arena Pernambuco e no Anexo do Fórum de São Lourenço da Mata, cidade onde está localizado o estádio. O único posto que irá funcionar durante toda a Copa, de 11 de junho a 15 de julho, será o do Aeroporto, com competência cível, das relações de consumo - devido a problemas como o extravio de malas e atraso de voos -, e da infância e juventude, por conta de irregularidades nos alvarás de viagem para menores. Durante a Copa das Confederações de 2013, essas foram as maiores demandas do judiciário no terminal e por isso serão intensificadas, de acordo com o TJPE.

Na Arena Pernambuco e na cidade de São Lourenço da Mata, o funcionamento dos postos acontece nos dias de jogo em Pernambuco - 14, 20, 23, 26 e 29 de junho. No estádio, o posto terá competência criminal e do estatuto do torcedor. O juiz do torcedor do estado, Ailton Alfredo de Souza, contou que o padrão é o mesmo já adotado pelo juizado em Pernambuco. "A expectativa é atender um novo público, estrangeiro, que possa infringir algum delito de menor potencial dentro da Arena. Se isso ocorrer, seguiremos o mesmo padrão. Aqueles detidos vão para a delegacia, lavramos o TCO

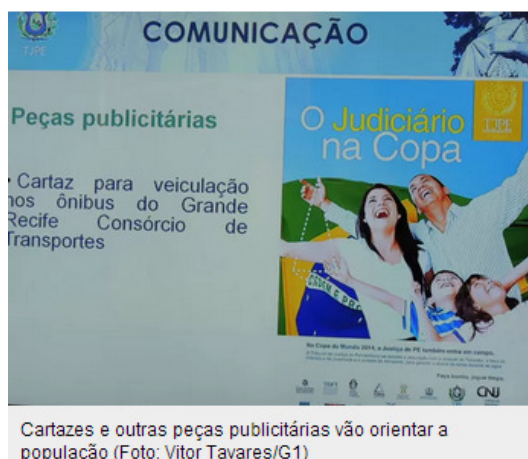
[Termo Circunstanciado de Ocorrência]. Se for estrangeiro e quiser o acordo do Consulado, ele será levado para área externa para ter esse atendimento", comentou.

A expectativa é de realizar a audiência dentro do próprio estádio. Se for um caso de muita gravidade, poderá ocorrer até a expulsão do estrangeiro do Brasil; se ocorrer crime de menor potencial ofensivo, será aplicada a pena de afastamento de estádios de todo o País, que pode variar de três meses a três anos. De acordo com o TJPE, na Copa das Confederações, não foi identificado nenhum problema com estrangeiros na Arena Pernambuco. Contudo todas as atenções estão voltadas para esse público, pois representam quase 60% dos compradores dos ingressos para os jogos do Mundial.

O posto de São Lourenço da Mata terá atendimento especial cível, de relações de consumo, criminal e da infância e juventude. O serviço será realizado no Anexo do Fórum, no centro da cidade. Além dos três postos especiais, os plantões especiais ocorrerão em 15 cidades pernambucanas: Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Nazerá da Mata, Olinda, Ouricuri, Palmares, Petrolina, Recife, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão. Nos sábados, domingos e feriados, o horário de atendimento será das 13h às 17h. No dia 28/06, das 10h às 18h, e nos demais dias de jogo, das 14h às 21h.

Apesar dos problemas enfrentados pelo TJPE, como atrasos de julgamento e acúmulos de processos, a expectativa é criar o esquema amplo para que, durante o Mundial, todos os pequenos delitos sejam resolvidos "Desde que o Recife foi escolhido como sede, programamos esse esquema de mutirão para resolver problemas antes, durante e depois da Copa do Mundo. O poder de judiciário de Pernambuco atrevesa problemas já conhecidos pela sociedade local, que estão sendo enfrentados, como os 208 cargos vagos de juiz. Mas nos mobilizamos para fazer todo o atendimento, com magistrado e servidores preparados", destacou o desembargador Frederico Neves.

## Campanha



Os casos de maior gravidade, como homicídios, não serão resolvidos no Plantão, mas encaminhados para as varas comuns. Entretanto, os problemas menores, como brigas, lesão corporal leve, devem ser resolvidos na hora, de forma rápida. O TJPE quer que a população esteja informada, priorizando a procura pelos postos especiais. A campanha de divulgação será feita através de cartazes em ônibus, peças publicitárias na televisão e no rádio, além de panfletos e cartilhas, divulgadas em espanhol e inglês.

"Passamos pela Copa das Confederações com destaque nacional, mas foi um treino da Copa do Mundo, quase um bate bola muito curto, na compração com o tamanho do problema agora. E não é só uma questão logística; por exemplo, o Recife receberá navios e 29 voos cheios de mexicanos. No Brasil, os maiores emissores de turistas são dos Estados Unidos e Alemanha, que, coincidentemente, jogam entre si em

Pernambuco, o que gera demanda judiciária muito grande", destacou o desembargador Luiz Carlos Figueiredo.

Para casos mais graves envolvendo estrangeiros, todos os consulados de times que atuarão no Recife foram contactados, caso haja necessidade. Também foram articuladas parcerias com o comitê de proteção à infância e juventude, Defensoria Pública, Ministério Público, Secretaria de Defesa Social, Secretaria da Copa, Fifa, Infraero e prefeituras.

<b>Assunto: TJPE lança esquema de atendimento do Judiciário para a Copa do Mundo</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 26/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

The logo consists of the word "DIARIO" in a large, bold, white sans-serif font, followed by "de PERNAMBUCO" in a smaller, white sans-serif font, and ".com.br" in a blue sans-serif font below it. The entire logo is set against a dark blue rectangular background.

**Justiça »**

### **TJPE lança esquema de atendimento do Judiciário para a Copa do Mundo**

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) lança, nesta segunda-feira, o esquema de atendimento do Judiciário para a Copa do Mundo 2014. A entrevista coletiva será concedida esta manhã, na sala da presidência do Tribunal, no Palácio da Justiça.

As informações serão reapassadas pelo presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, o coordenador das atividades do Judiciário na Copa, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, a coordenadora geral dos Juizados Especiais, juíza Ana Luiza Câmara, e o juiz titular do Juizado do Torcedor, Ailton Alfredo de Souza.



<b>Assunto: TJPE monta três postos avançados para a Copa</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 26/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

### **TJPE monta três postos avançados para a Copa**

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) montou um esquema especial de atendimento ao cidadão durante a Copa do Mundo. Três postos avançados vão funcionar na Região Metropolitana do Recife (RMR), com serviços no Aeroporto Internacional dos Guararapes, na Arena Pernambuco e no município de São Lourenço da Mata.

Em todo o estado, quinze sedes de Plantão Judiciário vão atender em horário diferenciado durante o mundial. Neste período, o Judiciário receberá demandas de relação de consumo, cíveis, criminais, da infância e de juventude e do torcedor.

No dia dois de junho começa a funcionar no posto avançado do aeroporto o Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, com atendimento gratuito de 24 horas. Lá, o cidadão poderá resolver problemas de viagem, como overbooking, extravio de bagagens, atraso ou cancelamento de voos.

No terminal aéreo também será instalado o serviço especializado na Infância e Juventude, para aturar nas autorizações de viagem para crianças e adolescentes e de sua entrada e permanência na Arena Pernambuco. O atendimento 24 horas será realizado de 12 a 30 de junho. Já entre os dias 1º e 13 de julho, o serviço será oferecido das 7h às 19h, todos os dias de semana.

<b>Assunto: Justiça nega exumação do corpo de empresário e família fará novo pedido ao TJPE</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 26/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## **Justiça nega exumação do corpo de empresário e família fará novo pedido ao TJPE**

A família do empresário Wodysnei Rodrigues Martins, 33 anos, que teve o corpo enterrado como indigente após passar 12 dias no Instituto de Medicina Legal (IML) vai ingressar com um recurso no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para conseguir exumar o corpo.

O pedido feito pelos parentes de Wodysnei para que o corpo fosse exumado do Cemitério Parque das Flores para ser levado ao estado de Goiás foi negado ontem pelo juiz Wagner Ramalho Procópio, da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital.

Identificado por familiares a partir de fotografias na noite do último dia 22, o corpo de Wodysnei foi enterrado na manhã de anteontem antes que a família retornasse ao IML com algum documento que o identificasse. Os parentes acreditam que ele tenha sido vítima de um latrocínio (assalto seguido de morte), porque o carro, o notebook e a carteira da vítima desapareceram.

Ontem, o delegado Ramon Teixeira ouviu o depoimento da esposa de Wodysnei. A auxiliar de escritório Roberta Moraes, 33, disse que não está sendo fácil os momentos pelos quais a família está passando. "Espero que o advogado consiga resolver isso. Está sendo um sofrimento", declarou.

Wodysnei Rodrigues foi encontrado morto no bairro de Candeias, em Jaboatão dos Guararapes, no último dia 9. Ele havia desaparecido no dia anterior após sair para fazer pagamentos de contas. O advogado da família vai tentar hoje obter autorização para exumar o corpo. "Não entendemos porque o juiz negou a exumação, vamos tentar novamente neste sábado, com o um juiz de plantão", afirmou o advogado João Donato.

A mãe de Wodysnei, Francinete Rodrigues, está no Recife esperando a liberação do corpo do filho para levá-lo a Goiás, onde pretende fazer o sepultamento. Em sua decisão, o juiz que negou a exumação afirmou que "a causa e objeto do pedido narrado nos presentes autos requerem a produção de outras provas permitidas em direito, a exemplo de prova testemunhal, outras provas documentais, além de provas periciais."

<b>Assunto: MP denuncia à Justiça 3 torcedores por morte em estádio no Recife</b>	
<b>Veículo: G1 Pe</b>	<b>Data: 26/05/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**G1****PERNAMBUCO**

## MP denuncia à Justiça 3 torcedores por morte em estádio no Recife

*Trio foi acusado de um homicídio e três tentativas nesta sexta (23). Promotor também solicitou manutenção da prisão preventiva deles.*



Sequência mostra vasos sendo atirados de anel superior do estádio do Arruda, durante a reconstituição do crime (Foto: Reprodução/TV Globo)

Três homens investigados por envolvimento na morte do torcedor Paulo Ricardo Gomes da Silva, 26 anos, atingido por um vaso sanitário no entorno do estádio do Arruda, no Recife, foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), nesta sexta-feira (23). Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34 anos, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30 anos, e Everton Filipe Santana, 23, foram acusados por um homicídio e três tentativas de homicídio contra outras três vítimas, crimes duplamente qualificados, com agravante de motivo fútil e mediante surpresa.

O promotor de Justiça Eduardo Tavares também solicitou a manutenção da prisão preventiva dos três acusados. O processo foi encaminhado à 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital e será avaliado pelo juiz Jorge Luiz dos Santos Henriques. As investigações do caso foram conduzidas pela delegada Gleide Ângelo, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). A denúncia contra o trio foi oferecida ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no mesmo dia em que a [Polícia Civil prendeu integrantes de torcidas organizadas por suspeita de vandalismo, tumulto generalizado, dano ao patrimônio público e formação de quadrilha](#).

Paulo Ricardo Gomes da Silva morreu em 2 de maio após sair do jogo entre Paraná e Santa Cruz, pela Série B do Brasileirão. Imagens gravadas na área externa do estádio do

Arruda flagraram o momento exato em que os dois vasos foram lançados de uma área próxima à arquibancada. Os objetos foram arremessados de uma altura de 24 metros, de acordo com o Instituto de Criminalística (IC). O professor de física Beraldo Neto avaliou a altura e calculou que os vasos chegaram ao chão com um peso de 350 quilos, cada um.

Os suspeitos foram presos dias após a morte. No dia 12 de maio, eles participaram da reconstituição do crime, que esclareceu detalhes da ação dentro do estádio. Desde então, eles estão detidos no Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, Grande Recife. Se condenados, podem pegar ao menos 30 anos de reclusão.

<b>Assunto: Vereadores de Caruaru</b>	
<b>Veículo: G1 Caruaru e Região</b>	<b>Data: 26/05/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Justiça suspende seis processos administrativos contra vereadores

*Caso ocorreu em Caruaru, onde edis eram ouvidos por Comissão de Ética. Decisão deve ser acatada até o julgamento de mandado de segurança.*



Sivaldo (d) é um dos que impetraram mandado de segurança no TJPE. (Foto: Divulgação/ Ascom CMVC)

A 1ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) suspendeu seis procedimentos administrativos abertos contra parlamentares da Câmara de Vereadores de [Caruaru](#), no Agreste pernambucano. A possível cassação deles era avaliada pela Comissão de Ética e Decoro da Casa e a decisão foi tomada pelo juiz José Fernando dos Santos nesta sexta-feira (23). A medida deve ser acatada até o julgamento do mandado de segurança com pedido de liminar feito

por Jadiel Nascimento (PROS), Louro do Juá (SDD), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM) e Neto (PMN).

A [Justiça já havia suspenso o processo administrativo contra o vereador Jajá](#) (sem partido) no dia 15 deste mês. A liminar foi expedida pelo mesmo juiz e, de acordo com a decisão, o procedimento fica suspenso até o julgamento do mérito do mandado de segurança. De acordo com o assessor do juiz, Flávio José do Nascimento, a decisão suspende o andamento do processo na comissão.

Um dos advogados de defesa de Jajá, Marcílio Cumaru, afirmou que o mandado de segurança tratava de vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade percebidos nos procedimentos realizados pela Comissão de Ética e Decoro. “Diante do que apresentamos, o juiz atendeu nosso pedido de urgência e suspendeu o processo. Ele deve julgar o mérito do nosso mandado, por que ele percebeu que a situação é grave”, explica.

### Alegam inocência

A Comissão de Ética e Decoro da Câmara de Vereadores ouviu na segunda-feira (12) o parlamentar Eduardo Cantarelli (SDD), o último dentre os investigados e presos na Operação Ponto Final I. O depoimento durou aproximadamente uma hora e ele afirmou ter esclarecido todas as dúvidas do grupo, que analisa a possibilidade de cassação deste e de outros nove.

O próximo passo é a apresentação das alegações finais pelos advogados de defesa. Elas serão entregues ao grupo, que, após esse prazo, deverá finalizar o relatório com o parecer sobre a situação de Cantarelli e encaminhar à Presidência da Câmara. A medida é a mesma adotada com os demais.

O vereador Evandro Silva (PMDB) foi ouvido na quinta-feira (8) pela Comissão. Ele disse estar tranquilo. “Fiz tudo conforme manda o regimento, e se eu cometi quebra de decoro parlamentar é porque sou um opositor ferrenho e continuarei fazendo”. Já o vereador Jadiel Nascimento (PROS) foi ouvido na quarta-feira (7) e acredita ter convencido a Comissão de que não houve quebra de decoro parlamentar. Gilberto Santos, um dos advogados dele, disse que um momento importante foi quando o parlamentar citou a votação do Projeto de Mobilidade Urbana que inclui o Bus Rapid Transit (BRT). “Ele falou que votou de acordo com as convicções que tinha e não por dinheiro”, comentou.

No dia 2 deste mês, ocorreu o depoimento de Val das Rendeiras (PROS). O parlamentar afirmou que estava tranquilo e que é inocente das acusações apontadas na Operação Ponto Final. A ouvida de Val (DEM) ocorreu em 30 de abril. A defesa dele pediu para que o relator Marcelo Gomes também desse depoimento, o que para os advogados faria valer o recomendado pela Justiça - obter depoimentos do requerido e do requerente. O grupo negou e afirmou que este procedimento seria válido para tribunais e não para a ação na Casa.

O vereador Jajá (sem partido) foi ouvido no dia 29 de abril. Ele acusou o grupo de se guiar por interesses políticos e afirmou que, se ficar na Casa, terá a mesma atuação adotada em 2013. O relator Marcelo Gomes, da Comissão de Ética, rebateu e afirmou que a avaliação dos documentos apresentados pela defesa é feita com respeito aos trâmites legais. Neto (PMN) compareceu no dia 25. Durante a reunião, o vereador disse que estava tranquilo e disposto a ajudar nas investigações.

O vereador Louro do Juá (SDD) foi ouvido no dia 24. Ele respondeu a todas as perguntas e igualmente afirmou inocência. Saulo Amazonas, advogado do parlamentar, falou com a imprensa e disse que não há indícios de que o cliente tenha faltado com o decoro. No dia 23 de abril, ocorreu o depoimento de Cecílio Pedro (PTB), por aproximadamente duas horas. Já o vereador Sivaldo Oliveira (PP) foi o primeiro a prestar depoimento à Comissão, no dia 22 do mesmo mês.

### **Edis são reempossados**

Vereadores investigados pela Justiça [foram reempossados na terça \(22\)](#). O ato de reintegração devolveu os cargos para Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB) e Jajá, que está sem partido. A decisão que permitiu o retorno dos parlamentares foi tomada pelo desembargador Itamar Pereira. O magistrado julgou que o retorno dos vereadores às atividades não interfere nas investigações do caso e na tramitação dos processos.

Segundo o presidente da Câmara de Vereadores do município, Leonardo Chaves (PSD), os suplentes que ocupavam as vagas dos vereadores que retornam as atividades são automaticamente desligados das funções, sem percepção de nenhuma indenização. Os

parlamentares Jadiel Nascimento (PROS), Val das Rendeiras (PROS), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Val (DEM) continuam afastados.

## **Decisão do TJPE**

A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) confirmou ao G1 no dia 16 a decisão do desembargador Itamar Pereira para que cinco vereadores, investigados pela Operação Ponto Final I, voltem às atividades. "Segundo o magistrado, os vereadores não estavam atrapalhando a tramitação processual e a investigação do caso", informa o departamento.

No [ABTV 2ª Edição](#) do dia 16, o advogado Saulo Amazonas, um dos integrantes da defesa dos investigados pelas Operações Ponto Final I e II, falou sobre a decisão do TJPE. "Nós devemos procurar o que de fato está sendo acusado, se existiu ou não existiu. O que não se pode é manter os vereadores presos ou mantê-los afastados das funções, quando nada ficou provado até agora do que realmente ocorreu. É preciso exercer o amplo direito de defesa", afirma.

## **Operação Ponto Final II**

A [Polícia Civil divulgou os detalhes do inquérito da Operação Ponto Final II](#) realizada para investigar um suposto esquema de corrupção envolvendo cinco vereadores do município. O documento com 600 páginas foi entregue ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) no dia 13 de fevereiro.

De acordo com as investigações, três vereadores lideravam a organização criminosa que tinha por objetivo colher assinaturas para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara de Vereadores. Val (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) teriam oferecido dinheiro a dois vereadores para que fosse assinada a propositura de instalação da CPI da Controladoria Geral da União (CGU). Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS) e Val das Rendeiras (PROS) teriam aceitado a oferta e recebido, cada um, R\$ 30 mil - sendo metade antes da assinatura e metade após a instauração da comissão.

Segundo a Polícia Civil, Val (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) foram indiciados por corrupção ativa e organização criminosa, cuja pena pode chegar a 29 anos e três meses de reclusão. Já os vereadores Jadiel Nascimento (PROS) e Val das Rendeiras (PROS) foram indiciados por corrupção passiva e organização criminosa.

De acordo com Erick Lessa, gestor de Controle Operacional do Interior I, 22 pessoas foram ouvidas durante as investigações, entre elas secretários, vereadores e líderes de partidos políticos. O inquérito conta ainda com 410 horas de provas cautelares, como escutas com a autorização da Justiça, gravações e interceptações feitas pela polícia. "As investigações começaram em junho. Um dos marcos do procedimento é a fala do vereador Ranilson dos Santos (PTB), na sessão legislativa do dia 24 de setembro de 2013, onde o mesmo afirma que vereadores da oposição ofereceram dinheiro para que ele votasse a favor da instalação da CPI da CGU, que investigaria as contas da prefeitura", detalha. Ainda de acordo com o gestor, após a instalação da CPI, os vereadores pretendiam barganhar dinheiro com a prefeitura para que a investigação fosse arquivada.

## **Operação Ponto Final**

Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) foram presos no dia 18 de dezembro durante a Operação Ponto Final, da Polícia Civil.

No dia 24 de dezembro, [seis dos dez vereadores foram soltos](#). O primeiro a deixar a unidade foi Louro do Juá (DEM). Em seguida, Jajá (PPS). Logo após, foi a vez de Val das Rendeiras (PROS) e Neto (PMN). Depois, Sivaldo Oliveira (PP) foi liberado e, por último, Evandro Silva (PMDB).

No dia 25 de dezembro, [deixaram a penitenciária Cecílio Pedro \(PTB\) e Val \(DEM\), após pagarem fiança de R\\$ 50 mil cada, por porte ilegal de armas](#). Os pedidos de habeas corpus de Eduardo Cantarelli (SDD) e Jadiel Nascimento (PROS) foram aceitos no dia 26 pelo Tribunal de Justiça do Pernambuco (TJPE).

[Uma coletiva de imprensa foi realizada no dia 27 de dezembro](#) para apresentar dados da conclusão do inquérito. Nela, foi informado que os vereadores são suspeitos de prática de corrupção passiva, que é a solicitação de vantagem indevida; de concussão, que é crime contra a administração pública; e de organização criminosa, que é a integração e ações de cunho criminal. No caso dos vereadores, por serem funcionários públicos, a pena de Organização Criminosa pode aumentar de 1/6 a 2/3.

De acordo com o gestor operacional do Interior I e presidente da investigação, Erick Lessa, três vereadores foram considerados os mentores do suposto esquema. "Os cabeças eram Cecílio Pedro (PTB) e Sivaldo Oliveira (PP) da situação, e Val das Rendeiras (PROS) da oposição. A mediação entre as partes era feita pelo vereador Eduardo Cantarelli (SDD) que era o mais ousado do esquema" afirma Lessa. Questionado o porque de 'ousado', o delegado afirma que ele era bem incisivo nas negociações.

Ainda de acordo com o delegado Erick Lessa, um dos vereadores que tentou ajudar a polícia durante as ouvidas foi Jadiel Nascimento (PROS). Ele apelou pela delação premiada, porém, o Ministério Público entendeu que o depoimento dele não teria contribuído para esclarecer como o esquema de fato era feito.



<b>Assunto: Só 12% das Varas da Infância no país são exclusivas, segundo CNJ</b>	
<b>Veículo: G1 Pe</b>	<b>Data: 26/05/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



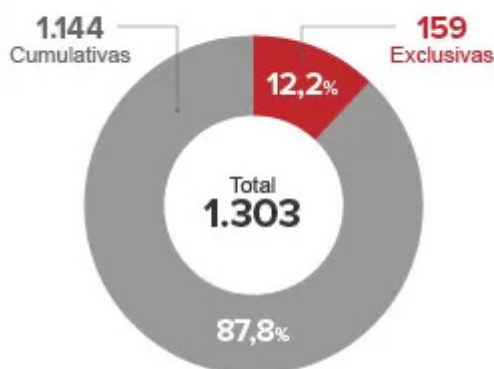
## Só 12% das Varas da Infância no país são exclusivas, segundo CNJ

*Juízes acumulam casos de crianças e adolescentes com outras esferas. Segundo CNJ, falta de Varas próprias provoca 'demora excessiva'.*

### Varas da Infância e Juventude

Apenas 12% são exclusivas para criança e adolescente

#### Percentual no país



#### LEGENDA

- **Vara exclusiva:** julga apenas casos envolvendo crianças e adolescentes, como adoção, destituição do poder pátrio, atos infracionais e outros
- **Vara cumulativa:** acumula diversos tipos de casos além da infância, como prisões, júri, cível, família etc.

Apenas 12,2%, ou 159 das 1.303 Varas da Infância e Juventude do país, são exclusivas para julgar casos envolvendo crianças e adolescentes, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) obtidos pelo G1.

Determinação do CNJ obriga que todos os tribunais de Justiça do país adequem as Varas de Infância para acelerar os processos. Hoje, a maioria acumula ações de outras esferas, como criminal, cível, direito de família, entre outros.

#### Varas da Infância nos estados

MA	1	39
MS	2	55
AM	1	21
MG	8	136
MT	2	30
BA	6	84
SC	5	61
AL	1	12
SE	1	11
TO	3	29
CE	6	55
PR	11	98
SP	26	183
RO	2	13
PB	4	26
RJ	13	84
RS	12	68
GO	7	35
RN	4	15
PI	2	7
PA	6	21
ES	10	25
PE	14	28
AC	3	6
AP	5	2
RR	1	-
DF	3	-

Fonte: CNJ/2014  
G1.com.br Infográfico elaborado em 7/5/2014

Segundo o órgão, que faz o controle externo do Judiciário, “há demora excessiva na tramitação de muitos processos que tratam de adoção ou destituição do poder familiar”, provocando “consequências negativas da morosidade caso o julgamento implique em reversão dos laços afetivos já constituídos”.

No município de Lauro de Freitas (BA), o CNJ informou que foram encontrados processos de adoção parados há 18 anos, ou seja, a criança atingiu a maioridade e não necessita mais da decisão. A Vara acumula 15 mil processos em andamento.

Os números do CNJ mostram que a maior defasagem está no Maranhão, que tem apenas uma de suas 39 Varas direcionada exclusivamente para a infância (segundo o TJ-MA, seriam duas). Em seguida, aparece Mato Grosso do Sul, com 2 exclusivas de 55 (veja os números na tabela ao lado).

Os TJs terão 90 dias para promover estudos destinados a equipar comarcas e foros que atendam mais de 100 mil habitantes com Varas de “competência exclusiva em matéria da infância e juventude”.

Segundo estimativa populacional do IBGE, atualmente 298 municípios possuem mais de 100 mil habitantes, ou seja, há um déficit de pelo menos 139 Varas específicas – nem todas as existentes estão em cidades diferentes.

Os tribunais também deverão informar quantas Varas exclusivas foram criadas por lei, mas ainda não instaladas, e qual o motivo para a não instalação. Cada nova Vara deverá contar com uma equipe multidisciplinar (ao menos um psicólogo, pedagogo e assistente social).

### **Nos estados**

A criação de Varas, de qualquer especialidade, ocorre por aprovação de projeto de lei pelas Assembleias Legislativas nos estados. Depois, cabe ao Judiciário instalá-las – construir e equipar o local e nomear servidores.

Em São Paulo, onde estão o maior Tribunal de Justiça e a maior quantidade de processos, há projeto para instalação de 100 Varas, das quais 64 devem ser da Infância, e o restante, para ações de violência doméstica.

“Quanto mais especializada, melhor. Tem um promotor, um defensor, que só vai atuar nessa área”, diz o juiz Paulo Fadigas, da Corregedoria Geral da Justiça do TJ-SP. “A infância vive na base da emergência. A criança está precisando da internação, acolhimento. Não dá para esperar dois dias, três dias”, afirma.

No Maranhão, o TJ-MA informou inicialmente que, diferentemente do que informa o CNJ, há quatro Varas exclusivas no estado: três na capital e uma em Imperatriz. Depois, a assessoria de imprensa esclareceu que duas delas não são exclusivas: a de Imperatriz também recebe outros tipos de processos, e uma das Varas da capital atende crimes contra crianças e adolescentes, portanto, conforme o conselho, trata-se de Vara Criminal.

Segundo o critério do CNJ, existem atualmente duas Varas exclusivas da Infância e Juventude em São Luís -- a 1ª Vara julga casos de adoção, entre outros; e a 2ª Vara, apenas atos infracionais cometidos por menores.

A 2ª Vara funcionava em um prédio no bairro da Madre Deus, mas teve salas interditadas pela Defesa Civil, que constatou problemas de insalubridade e insegurança.

No início deste ano, foi realocada para o Fórum Desembargador Sarney Costa. A assessoria não informou quando foi criada a Vara ou se ela foi desmembrada da 1ª para dividir os processos. "Não há necessidade de mais Varas na capital. Entretanto, em algumas cidades de nível populacional elevado, como Caxias, Bacabal e Timon, deveria haver varas especializadas", informou em nota o tribunal do estado.

Em Três Passos (RS), onde o menino Bernardo Boldrini procurou o juiz da Infância pedindo uma nova família, antes de ser encontrado morto supostamente pela madrasta, a Vara não é exclusiva e atende também casos cíveis e criminais. O G1 procurou o juiz responsável, mas a assessoria de imprensa da Corte informou que ele não concederá mais entrevistas. O Tribunal de Justiça do RS informou que instalou Juizados Regionais da Infância e da Juventude em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo, Uruguaiana, Santa Cruz do Sul e Osório. E foi especializada uma Vara em Canoas.

### **Adoção**

O CNJ determinou ainda que os corregedores gerais dos TJs fiscalizem, por meio de inspeções, o tempo de tramitação dos processos de adoção e de destituição do poder familiar, inclusive investigando magistrados cujas ações estiverem tramitando há mais de 12 meses sem sentença.

Os processos de adoção e destituição familiar deverão ganhar uma nova capa ou identificação para garantir que sejam julgados com "prioridade absoluta".

Para Fadigas, que já foi titular da Vara da Infância e Juventude da Penha, Zona Leste de SP, a destituição "não pode ser a toque de caixa por se tratar de uma medida extrema". "Os pais podem recorrer até o Supremo", explica.

"Acho que o que vai ocorrer com essa orientação do CNJ é que vai acabar com a invisibilidade desse trabalho. Porque aqui, essa área já é prioritária. O que precisaria mudar é essa ideia da adoção pelos pretendentes. Nem sempre vai ter um bebê esperando", finaliza.

<b>Assunto: Vereadores de Caruaru</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 26/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Justiça suspende processos de cassação de vereadores em Caruaru**

*Vereadores foram acusados de corrupção passiva através da Operação Ponto Final*

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, José Fernando dos Santos, suspendeu nesta sexta-feira (23) seis processos de cassação contra vereadores do município, abertos pela Comissão de Ética da Câmara de Caruaru. Os vereadores foram acusados de corrupção passiva através da Operação Ponto Final, conduzida pela Polícia Civil de Pernambuco.

A decisão afasta momentaneamente a possibilidade de cassação dos vereadores Pastor Jadiel Nascimento (Pros), Louro do Juá (Solidariedade), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val de Cachoeira Seca (DEM) e Neto (PMN). Na semana passada também foi suspenso o processo de cassação contra o vereador Jajá, sem partido.

Restam três processos abertos na Comissão contra Evandro Silva (PMDB), Val das Rendeiras (Pros) e Eduardo Cantarelli (SDD). Entretanto, os advogados informaram que darão entrada a um pedido de liminar para suspender os processos.

O presidente da Câmara de Caruaru, Leonardo Chaves (PSD), informou que não a Casa na vai recorrer das decisões. “Esse tem sido o nosso posicionamento desde o início dessa celeuma com a Operação Ponto Final e vamos manter a postura”, disse. Já os membros da Comissão de Ética evitaram se pronunciar sobre o assunto.

<b>Assunto: MPPE denuncia acusados de morte no Arruda</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 26/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **MPPE denuncia acusados de morte no Arruda**

*O promotor do caso pediu ainda a manutenção da prisão preventiva do trio, que está no Cotel*

Nesta sexta-feira, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) abriu uma denúncia contra o trio acusado pelo assassinato do soldador naval Paulo Ricardo Gomes da Silva, de 26 anos, morto no dia 2 de maio após ter sido atingido por um vaso sanitário lançado das arquibancadas do Estádio do Arruda. Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34 anos, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30 anos, e Everton Filipe Santana, 23, foram acusados por um homicídio e três tentativas de homicídio contra outras três vítimas, configurando crimes duplamente qualificados, com agravante de motivo fútil e mediante surpresa.

O caso ficou nas mãos do promotor de Justiça Eduardo Tavares, que além de abrir uma denúncia contra os acusados, solicitou ainda a manutenção prisão preventiva deles, que estão no Cotel, em Abreu e Lima. O processo foi encaminhado à 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital e será observado pelo juiz Jorge Luiz dos Santos Henriques. A denúncia do MPPE foi embasada pelas investigações da delegada Gleide Ângelo, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

<b>Assunto: Operação Gol de Placa prende dois torcedores no Grande Recife</b>	
<b>Veículo:</b> jconline.com.br	<b>Data:</b> 26/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

# jornal do commercio

## REPRESSÃO

### Operação Gol de Placa prende dois torcedores no Grande Recife

*Outros quatro torcedores da Torcida Jovem do Sport seguem foragidos*

A operação Gol de Placa, realizada no início da manhã desta sexta-feira (23), cumpriu dois dos seis mandados de prisão previstos. Os dois torcedores são ligados à Torcida Jovem Fanático e foram detidos em casa por volta das 6h. A operação visava prender líderes e integrantes das torcidas Jovem do Sport (TJS) e Fanático, do time alvirrubro, que se envolveram em uma confusão no dia 20/08/2013. Eles foram indiciados por vandalismo, provocação de tumulto generalizado, dano ao patrimônio público e privado e richa. A dupla foi encaminhada ao Cotel, em Abreu e Lima, onde estão à disposição da justiça.

As prisões foram efetuadas por policiais da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (Core), que não precisaram usar a força para executar a operação comandada pelo delegado Carlos Onofre. Os presos de hoje foram Wallace Santos Duarte, de 24 anos, conhecido como Wallace Bomba, que foi preso em casa no bairro de Candeias, em Jaboatão dos Guararapes, e David Marcos, 24, conhecido como David Wave, detido no Cordeiro, Zona Oeste do Recife. Ambos são da Fanático.

Os outros quatro mandados de prisão que não foram efetuados são de pessoas ligadas à direção da TJS. Estão foragidos o presidente da facção, Mario de Azevedo Santos Junior, de 35 anos, o vice-presidente, Henrique Marques Ferreira, 28, o diretor Lázaro Rodrigues dos Santos, 28, e o torcedor Josué Joaquim do Nascimento, 37, conhecido como Josué Mauá.

A polícia suspeita que eles estão escondidos em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. O Sport jogou contra o Cruzeiro na última quarta-feira (21) e esses torcedores haviam viajado com o clube. Como o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) divulgou o nome dos procurados dessa operação em processo judicial que podem ser acessados publicamente em seu site, o advogado da TJS teria checado o processo e aconselhado que essas pessoas ficassem em BH.

Ao todo, a polícia indiciu 14 pessoas, mas só esses 6 tiveram a prisão preventiva decretada. Participaram da ação 56 policiais civis. As investigações tiveram início nove meses atrás.

**CONFUSÃO** - A confusão que é alvo de investigação da Delegacia de Repressão à Intolerância Esportiva ocorreu no dia 20 de agosto de 2013. Momentos antes do primeiro jogo da Copa Sulamericana entre Náutico e Sport, torcedores das organizadas das duas equipes se enfrentaram no cruzamento da Avenida Conde da Boa Vista com a

Rua da União. Essa briga foi iniciada pela Fanático, em retaliação à Jovem, que teria destruído a sede da torcida do Timbu no dia 30 de julho.

<b>Assunto: MPPE denuncia acusados de morte no Arruda</b>	
<b>Veículo:</b> jconline.com.br	<b>Data:</b> 26/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## **jornal do commercio**

### **INVESTIGAÇÕES**

#### **Ministério Público denuncia três por morte de torcedor no Arruda**

*Paulo Ricardo Gomes da Silva morreu atingido por um vaso sanitário arremessado de dentro do estádio*

O Ministério Público de Pernambuco denunciou à Justiça, nesta sexta-feira, os três acusados de terem matado o torcedor do Sport Paulo Ricardo Gomes da Silva, de 26 anos, atingido por um vaso sanitário arremessado depois do jogo Santa Cruz x Paraná, no estádio do Arruda, no Recife, no dia 2 de maio, válido pela Série B.

Everton Felipe Santiago de Santa, 23, Luiz Cabral de Araújo Neto 30, e Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34, foram denunciados por homicídio duplamente qualificado - motivo fútil e fator surpresa sem chance de defesa para a vítima. Se condenados, podem pegar até 30 anos de cadeia. A denúncia também incluiu tentativa de morte duplamente qualificada uma vez que outros três torcedores foram atingidos por um segundo vaso. Eles sofreram lesões leves.

De acordo com o promotor do Juizado do Torcedor, José Bispo de Melo, o autor da denúncia, promotor Eduardo Tavares, requereu, ainda, a manutenção da prisão preventiva dos três envolvidos, que se encontram no presídio Cotel, em celas separadas dos demais.

Depois da derrota do Santa Cruz para o Paraná, o estádio já estava sendo evacuado, quando os três acusados foram até o banheiro feminino, arrancaram duas privadas e as arremessaram, da arquibancada, contra os integrantes da torcida contrária que deixavam o estádio, do lado de fora.



<b>Assunto: MPPE denuncia acusados de morte no Arruda</b>	
<b>Veículo: NE 10</b>	<b>Data: 26/05/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **MP denuncia três por morte de torcedor no Recife**

O Ministério Público de Pernambuco denunciou à Justiça, nesta sexta-feira, os três acusados de terem matado o torcedor do Sport Paulo Ricardo Gomes da Silva, de 26 anos, atingido por um vaso sanitário arremessado depois do jogo Santa Cruz x Paraná, no estádio do Arruda, no Recife, no dia 2 de maio, válido pela Série B.

Everton Felipe Santiago de Santa, 23, Luiz Cabral de Araújo Neto 30, e Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34, foram denunciados por homicídio duplamente qualificado - motivo fútil e fator surpresa sem chance de defesa para a vítima. Se condenados, podem pegar até 30 anos de cadeia. A denúncia também incluiu tentativa de morte duplamente qualificada uma vez que outros três torcedores foram atingidos por um segundo vaso. Eles sofreram lesões leves.

De acordo com o promotor do Juizado do Torcedor, José Bispo de Melo, o autor da denúncia, promotor Eduardo Tavares, requereu, ainda, a manutenção da prisão preventiva dos três envolvidos, que se encontram no presídio Cotel, em celas separadas dos demais.

Depois da derrota do Santa Cruz para o Paraná, o estádio já estava sendo evacuado, quando os três acusados foram até o banheiro feminino, arrancaram duas privadas e as arremessaram, da arquibancada, contra os integrantes da torcida contrária que deixavam o estádio, do lado de fora.

Assunto: Delegados da Polícia Civil podem decretar greve	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 26/05/2014
Editoria:	Seção:



## Delegados da Polícia Civil podem decretar greve



Os delegados da Polícia Civil de Pernambuco podem entrar em greve ou realizar paralisações em breve, caso não recebam uma proposta positiva do Governo do Estado para as demandas da categoria, avalia a Associação de Delegados da Polícia Civil de Pernambuco (Adeppe). “A possibilidade de greve, de paralisação, ou de qualquer outra medida coercitiva, ela é real”, afirmou Antônio Cândido, diretor da Associação, em entrevista à Rádio JC News, na manhã desta segunda-feira (26).

“A categoria está afinada. Ela quer o reconhecimento. Ela vai às últimas consequências”, disse ainda. A decisão sobre uma possível paralisação pode ser tomada ainda esta semana, já que este era o prazo prometido pelo Governo do Estado para oferecer uma resposta às demandas dos delegados.

“Essa bola foi passada para o governo. Essa decisão não está mais nas mãos da categoria”, afirmou Cândido. Para os delegados, a remuneração está aquém do trabalho desenvolvido pela Polícia Civil. O salário atual é apontado como o terceiro menor do País, atrás da Paraíba e do Pará.

Hoje, um delegado iniciante ganha R\$ 8.200, segundo a Associação. Para o grupo, porém, o valor está defasado. Para corrigi-lo, dizem os diretores da Adeppe, vale fazer as paralisações inclusive durante a Copa do Mundo, que tem início no próximo dia 12.

Nas últimas duas semanas, os delegados se reuniram com os secretário de Administração, José Neto, e da Casa Civil, Luciano Vásquez. Os dois têm tomado à frente das negociações com servidores na gestão do governador João Lyra Neto (PSB).

Há cinco dias, os delegados decretaram uma Operação Padrão na atuação no Estado. Ela consiste em aproveitar todo o prazo legal disponível para realizar as atividades burocráticas; sem agilizar nada.

Greve da PM – A promessa de uma greve na Polícia Civil ocorre 15 dias depois da greve de policiais militares e bombeiros, que gerou diversos saques e arrastões na Região Metropolitana do Recife (RMR) e no interior. Para contorná-la, o Governo do Estado pediu ajuda ao Exército e à Força Nacional.

A greve dos PMs acabou depois de três dias, após ter a ilegalidade decretada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Ela mostrou, porém, uma divisão na categoria e, conforme mostrou o Blog de Jamildo, abriu espaço para um uso político da corporação.

Assunto: Tombamento de fachada. Demolindo o mito do edifício Caiçara	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 25/05/2014
Editoria:	Seção:



## **Tombamento de fachada. Demolindo o mito do edifício Caiçara**



A falsa polêmica em torno da demolição do edifício Caiçara, em Boa Viagem, mostra o quanto o Recife é uma cidade atrasada e não respeita a livre iniciativa. O cumprimento de formalidades legais não assegura nada por aqui. O Estado de Direito revelou-se uma miragem, algo impensável quando se imagina que regras claras são fundamentais para a tomada de decisão empresarial. O pior de tudo, no caso em questão, é que o poder público, emparedado por movimentos sociais de fachada, que escudam e escondem

interesses políticos de adversários da gestão municipal e outros, não foi ágil nem eficiente o suficiente para repelir as investidas, com claros prejuízos não apenas aos grupos empreendedores, mas ao crescimento da cidade. Não é atoa que, de tempos em tempos, empreendedores locais se aventuram em outras paragens, para gerar emprego e renda, diante da dificuldade de empreender nesta bagunça que se transformou o Recife.

O fator de ser simplesmente antigo não justifica a preservação de um edifício de traço discutível.

Inicialmente, é preciso lembrar que a falsa polêmica criada não ocorre porque é o Caiçara pelo Caiçara, como se poderia pensar desavisadamente. A ideologização contra mais um espigão no Recife é antiga na cidade, como ocorreu com outros prédios como Castelinho, Holiday, Acaiaca, Califórnia e Cassino Americano. Os críticos da produção imobiliária não conseguem entender que o congelamento de novos projetos somente beneficia a especulação, não o consumidor.

Na prática, e o mais importante, o que está sendo atacado nesta contenda é o direito de propriedade, garantido pela Constituição Federal. Embora seja uma extravagância para alguns, pelas leis em vigor, o proprietário tem a faculdade de usar, gozar, fruir e dispor de seu bem, tirando o melhor proveito, inclusive o econômico. Não é crime, ainda. Não no sistema em que vivemos.

O oportunismo destes supostos ativistas não passou despercebido pelo advogado da Fundarpe, que analisou o processo em questão. “É de se estranhar que atualmente segmento da população não se manifesta antecipadamente como no caso presente em que o prédio sempre foi objeto de grupos imobiliários e, só depois de entendimentos dos respectivos proprietários com empreendedores e com os órgãos técnicos da municipalidade, é que propõe o tombamento estadual. O próprio município do Recife não capitulou como bem merecedor de proteção”.

No mesmo texto, deu outra declaração contra a intromissão indevida dos chamados ativistas. “Este assessor jurídico, pelos anos labutados em sua área de atuação na Fundarpe, pouco conhece de movimentos sociais em defesa de bens privados ou públicos já tombados, merecedores de proteção e restauro, é taxativamente cordato (a favor) quando o bem estiver livre e desembaraçado”.

De fato, os legítimos proprietários do Caiçara alegam que o tombamento do edifício Caiçara lhes traria um prejuízo incomensurável, uma vez que ficariam privados em seu direito de fazer uma permuta por outro imóveis que lhes traria, ao menos, melhores benefícios. Se não obtidos, com certeza acarretarão ônus para o Estado em indenizações dos prejuízos advindos, alerta Reinaldo de Oliveira e a área jurídica da Fundarpe, em parecer do Conselho Estadual de Cultura.

A campanha começou com abaixo assinado, ainda em setembro de 2011, que falava em repúdio dos recifenses contra a demolição do edifício. Pessoalmente, acho muita pretensão, um pequeno grupo falar em nome dos recifenses? Pouco mais de mil e 300 assinaturas... Em uma cidade com milhões de habitantes.

Endereçado ao governador Eduardo Campos, o documento deixa claro o viés ideológico da empreitada, embora usando para tanto o discurso de defesa da memória da cidade, da

qual o prédio seria um pedaço valioso (?). “Não aceitamos que sem seu lugar surja mais um espigão sem comprometimento com a história e cultura locais”, afirmava-se.

Outro ponto engraçado do texto é a apresentação de propostas. Como assim, cara pálida? Como não investir um tostão para ser dono da área e querer definir sua utilização? Coletivismo fora de lugar ou o quê?

Pois bem, os iluminados gostariam de transformar o espaço em um centro cultural da zona sul, buscar apoio dos novos proprietários para transformar o prédio em um hotel-boutique ou que os novos proprietários fossem obrigados a mantê-lo em sua características originais, para uso residencial.

Suprema contradição, um dado curioso nesta falsa polêmica é que os próprios proponentes do tombamento do Caiçara reconhecem publicamente, em documento, que o prédio está descaracterizado.

“Sabendo-se que o mesmo não foi tombado municipalmente e nem mesmo considerado imóvel especial – devido a alterações sofridas ao longo dos anos, sendo, portanto, considerado descaracterizado, solicitamos que seja recuperado em seu estilo original e preservado”, escrevem. Em resumo, uma discussão conduzida por argumentos parciais, sentimentais e nostálgicos. Se ainda ficasse reservada ao ambiente improdutivo acadêmico ..., mas o problema é que essa bobajada toda atrapalha o crescimento da cidade. Como diz o arquiteto Moisés Andrade, só a consciência do seu real (des)valor permitirá a coragem necessária à renovação do organismo vivo que é a cidade.

O projeto do empreendimento no Caiçara foi apresentado ainda em 2009, mas a empresa abriu mão de pedir a demolição no mesmo ano em que foi aprovado. Qual a principal justificativa para a aprovação do empreendimento, no plano municipal. Em 1997, o Caiçara já havia sido dispensado pela lei que estabelecia os imóveis especiais de preservação (Ieps).

Neste campanha sórdida contra os empreendedores, uma das inverdades que foram assacadas era de que não havia licenças de demolição, de que tudo fora feito na calada da noite, ao arbítrio e fora das regras vigentes. Mentira deslavada, repetida pela internet, por grupos de pressão sem compromisso algum com a verdade factual. A PCR já havia concedido uma licença prévia para a construção de um habitacional multifamiliar com uma área total construída de 13.265,00 m<sup>2</sup>, conforme processo administrativo.

As seis licenças, uma para cada apartamento, foram concedida pela Prefeitura da Cidade do Recife, em 23 de novembro de 2011 ainda. Os documentos oficiais, receberam os números de 760009111, 760009211, 760009311, 760009411, 760009511 e 760009611. A suspensão dos efeitos da licença de demolição ocorreu em 27 de janeiro de 2012, quando a diretoria de controle urbano expediu um ofício informando a situação à empresa, em função do deferimento de uma proposta de tombamento do edifício.

A turma que ficaria com a vista empatada com o novo espigão, percebendo que havia sido derrotada no plano municipal, parte para tentar melar o projeto via estadual, usando a Fundarpe como massa de manobra. Obteve sucesso.

Em janeiro de 2012, de fato, o órgão abriu um processo para analisar o tombamento e avisou a construtora que não poderia mexer no prédio. Neste momento, a PCR é notificada. Como assim, cara pálida? O município já não havia dado o seu posicionamento? Não interessa. O que interessa é retardar ao máximo o empreendimento, de modo a causar prejuízo aos investidores, na expectativa de que desistam algum dia, diante de tantas adversidades.

A Fundarpe elaborou dois pareceres. Um deles defende que deveria ser um imóvel especial. A empresa montou sua defesa e municiou a entidade com pareceres de arquitetos renomados na cidade.

“É muito difícil e até inacreditável ... se falar e propor o tombamento de uma edificação isolada em um contexto dinâmico. O fato de o edifício Caiçara não ser dotado de características intrínsecas e artistas essenciais, suficientemente convincentes que justifiquem tal procedimento, apenas confirma esta dificuldade e mal estar”, escreve o arquiteto e professor Marco Antônio Gil Borsoi, em um parecer enviado a Fundarpe.

Os cinco supostos ativistas que pediram o tombamento não se contraporam, em momento algum. Não apareceram no processo, aparentemente apostando no mal que a burocracia pode fazer a quem vive no mundo real da produção.

A lenga-lenga arrastou-se até setembro de 2013. A Fundarpe levou mais de um ano para chegar a um veredicto final. Com quatro volumes, o processo chegou a somar 572 páginas.

Aqui é preciso abrir um parêntese para falar do prejuízo que a morosidade causa. O pedido esdrúxulo de tombamento do Caiçara foi apresentado no dia 07 de outubro de 2011, na Fundarpe. No entanto, somente em novembro de 2012, mais de um ano depois, as partes foram notificadas. Um absurdo completo.

A Fundarpe só tem um advogado para dar parecer e também não há prazo para a análise deste tipo de matéria. Resultado, ficam as empresas, os empreendedores, quem faz o motor da sociedade girar, a mercê da boa vontade do poder público, travando novos investimentos. É uma falha grave. É dever do Estado oferecer serviços com eficácia.

Somente no dia 17 de setembro de 2013, depois do parecer jurídico da Fundarpe, o Conselho Estadual de Cultura decidiu, por unanimidade, que não havia razões para o tombamento. O artista Reinaldo da Rosa Borges de Oliveira foi o relator do processo e escreveu o parecer final, no dia 17 de setembro de 2013.

No documento, Reinaldo de Oliveira diz que o prédio é uma nota dissonante que perturba a marcha do progresso da cidade e compara a situação a um exemplo do entrave que imóveis semelhantes proporcionaram a conclusão da Avenida Atlântica, na Praia de Copacabana.

No dia 19 de setembro, o presidente do Conselho Estadual de Cultura, Marcus Accioly, assina uma declaração pública da decisão. “Sou contrário ao tombamento do Edifício Caiçara por não encontrar razões que justifiquem a medida”, escreveu.

Legalista, a empresa ainda se preocupou em saber se haveria necessidade de sair o resultado no Diário Oficial. Não havia necessidade, uma vez que isto só se dá se o imóvel for tombado.

“O Conselho Estadual de Cultura, por ser órgão competente, tem a incumbência de apreciar o assunto. Julgando pela improcedência do tombamento, estará no uso de suas atribuições legais, declarando o processo extinto, quando exaurida sua finalidade ou objeto da decisão se tornar impossível”, frisou o advogado da Fundarpe, em parecer sobre o caso.

Até aqui, já são dois anos de idas e vindas. Se time is money, muito tempo ainda estaria por ser desperdiçado ainda.

No plano estadual, mesmo os técnicos mais xiitas, eventualmente querendo, não encontraram o que dizer contra o imóvel. Resolvido? Nada. Que tal devolver o projeto para a Prefeitura do Recife. aqui, fica claro que o objetivo sempre foi e será eternizar a discussão, para inviabilizar a iniciativa, sob os olhos complacente das autoridades públicas, nos seus diversos níveis.

No dia 20 de setembro de 2013, em ofício à Rio Ave, o diretor-presidente da Fundarpe, Severino Pessoa, comunica a empresa que o Conselho Estadual de Cultura, em sessão plenária, decidiu, por unanimidade, não realizar o tombamento do edifício Caiçara. Com o resultado favorável do Conselho Estadual de Cultura, no mesmo dia, a empresa avisou a PCR do teor, preparando-se para dar seqüência ao projeto de construção no local, como seria natural.

No dia 27 de setembro de 2013, uma sexta-feira, a construtora Rio Ave, depois de quatro anos de peleja, desde a apresentação do projeto, decidiu começar o tombamento. Avisou a Fundarpe e começou, mas o trabalho de demolição não durou duas horas. A diretora de Preservação Cultural da Fundarpe, Célia Campos, ligou pedindo a suspensão da demolição.

Para a Justiça, a servidora pública enviou um documento sabidamente falso, falando em ordem de embargo de demolição “de bem tombado”. ? Como assim, Bial?. Seria falso o que informou o diretor-presidente Severino Pessoa? E todos os documentos anteriores ao processo? Este documento acabou revelando-se pernicioso porque acabou levando o juiz a erro, com a concessão de uma liminar com base em premissas falsas.

Para que se tenha uma ideia, em um dos considerandos, escreve-se que o processo de destombamento não fora finalizado... Mas não havia ocorrido tombamento algum, ao contrário.

Há ainda algo mais engraçado, ou seria trágico? O mesmo documento expedido naquele fatídico 27 de setembro por Célia Campos é assinado conjuntamente pelo setor jurídico, na pessoa de Augusto Eugênio Paashaus Neto, que havia emitido parecer informando que não havia tombamento algum. O parecer Paashaus Neto havia sido escrito em 14 de fevereiro de 2013.

Pode Arnaldo? Pode, nesta zona que é o Brasil. Aparentemente, gritou mais alto, leva. Em 15 de outubro de 2013, a Justiça do Estado derrubou a liminar e, mais do que isto, julgou favoravelmente o mérito, em sentença proferida pelo juiz Rogério Lins e Silva. O



juiz Rogério Lins e Silva foi certo e cristalino, em sua decisão de 15 de outubro de 2013.

“As provas contidas nos autos, que são documentos públicos, atestam sem nenhuma dúvida que o edifício Caiçara não se encontra tombado, apesar de ter sido objeto de processo de tombamento”.

Na sentença, o juiz observa ainda que, manter a liminar, atrapalhando a empresa, seria uma interferência do Judiciário na esfera administrativa do Poder Executivo. O mesmo coice que o Ministério Público Federal e a Justiça Federal, em sua primeira instância, levaram do ex-presidente do TRF5, ao julgar o pedido de embargo do projeto imobiliário Novo Recife. A Justiça não pode servir de instrumento, substituindo a autonomia da PCR.

A quem interessa um novo Caiçara no Cais José Estelita?

O juiz Rogério Lins e Silva também deu uma aula ao MPPE, colocando-o em seu lugar. “O Ministério Público, em que pese a boa vontade e a boa intenção dos seus membros, não tem o poder de deflagração de processo de tombamento, nem de obrigar que a administração pública decida quanto à imposição de uma limitação administrativa deste porte em desfavor do patrimônio das pessoas”, afirmou.

“É descabido falar em processo civil. Inexiste omissão do poder público na apreciação do pedido. O poder Judiciário também não dispõe do poder de decidir quanto ao tombamento dos bens”, explicou.

#### Papel do MPPE

A maior prova de que o MPPE estava errado, ou foi induzido a erro, é o fato de não ter recorrido da decisão judicial de 15 de outubro de 2013.

Se não faltou coragem ao juiz por remar contra a maré e fazer justiça, a eficácia da decisão caiu por terra, diante de novas manobras junto ao mesmo judiciário. Ou mesmo na esfera administrativa.

Em 11 de novembro de 2013, mesmo com a decisão judicial, a campanha contra o projeto recomeça, na PCR. O secretário de Controle Urbano, João Braga, expede um ofício à empresa comunicando que foi encaminhado a Comissão de Controle Urbano (CCU) processo para classificação como IEP do edifício Caiçara. O pedido havia sido feito pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC/Secult). Com a comunicação, a PCR suspendeu os efeitos do alvará de demolição que havia concedido antes.

No dia 21 de janeiro de 2014, a 3ª vara Civil do Recife expede uma certidão informando que transitou em julgado a sentença. Essa cidade cruel com os investidores, com quem busca gerar empregos, consegue desmoralizar até o que já foi transitado em julgado, a empolgação que a turma do Judiciário usa para dizer que uma decisão é definitiva e não cabe mais recursos. De lá para cá, já são cinco meses.

Neste momento, o que há a lamentar é a demora da Justiça, que na prática significa injustiça. No caso do empreendimento imobiliário Novo Recife, também objeto de

campanha insidiosa, o então presidente do TRF5 foi direto ao ponto, ao criticar o MPF por misturar a defesa do direito com demagogia barata. O problema do Recife é que tem mais gente jogando para a plateia do que buscando produzir uma cidade melhor para todos.

PS do Blog: O texto acima havia sido produzido pelo blog antes das invasões ao terreno do Cais José Estelita, para um especial do portal NE10, mas cai como uma luva no momento atual, diante do que se assiste na cidade atualmente. O blog antecipa a divulgação, com o objetivo de jogar luz nas trevas.

Assunto: Seis vereadores de Caruaru têm processo de cassação suspenso	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 23/05/2014
Editoria:	Seção:



## Seis vereadores de Caruaru têm processo de cassação suspenso



Seis vereadores de Caruaru, no Agreste, investigados na Operação Ponto Final, da Polícia Civil, ganharam decisão favorável da Justiça. Por determinação do Juiz José Fernando dos Santos Souza estão suspensos os processos contra os vereadores Louro do Juá (Solidariedade), Val de Cachoeira Seca (DEM), Cecílio Pedro (PTB), Neto (PMN), Pastor Jádriel (Pros) e Sivaldo Oliveira (PP).

Na ação impetrada na Justiça, os advogados de defesa alegaram que vários procedimentos irregulares foram cometidos pela Comissão de Ética, sendo o principal deles o do vereador Marcel Gomes (PSB), que além de ser filho do vice prefeito Jorge Gomes, é relator e denunciante do caso ao mesmo tempo. A decisão suspende o processo de cassação da Câmara desses vereadores.

Assunto: Caruaru - Justiça suspende seis processos	
Veículo: Blog da Folha	Data: 26/05/2014
Editoria:	Seção:



## **Caruaru: Justiça suspende seis processos**

CARUARU – A defesa dos vereadores caruaruenses indiciados pela Operação Ponto Final conseguiu mais uma vitória na Justiça. Por determinação do juiz José Fernando dos Santos Souza, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, foram suspensos mais seis procedimentos administrativos abertos pela Comissão de Ética contra parlamentares da Câmara da cidade.

A decisão afasta momentaneamente a possível cassação de Pastor Jadiel Nascimento (PROS), Louro do Juá (Solidariedade), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val de Cachoeira Seca (DEM) e Neto (PMN). Uma situação similar já tinha ocorrido na semana retrasada com o vereador Jajá (sem partido).

Os advogados de defesa comemoram a decisão e ratificam as críticas junto à Comissão de Ética. “Apontamos desde o início que vários vícios foram cometidos, sendo o principal e motivo dessa suspensão, o fato de o relator da Comissão de Ética, vereador Marcelo Gomes, ser também o denunciante dos vereadores, uma situação inconstitucional. A ampla defesa também foi prejudicada, com a negativa de vários pedidos nossos. Por isso o juiz acatou o argumento da defesa. Esse é apenas um ato que entramos com o recurso, existem ainda várias irregulares”, disse Marcelo Cumaru.

Restam ainda três processos abertos na Comissão de Ética da Câmara Municipal contra Evandro Silva (PMDB), Val das Rendeiras (PROS) e Eduardo Cantarelli (Solidariedade). No entanto, os advogados informaram que irão ingressar com um pedido de liminar nos próximos dias para suspender os processos. Essa foi a segunda situação favorável à defesa em duas semanas. Na última quinta-feira, foi disponibilizado no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) uma decisão a respeito do afastamento dos dez vereadores indiciados pela Operação Ponto Final I.

Por unanimidade, os desembargadores da 4ª Câmara Criminal do TJPE acompanharam o voto do relator Gustavo Lima e mantiveram os parlamentares nas suas funções legislativas. O julgamento não só ratificou a decisão da liminar, como também rejeitou o recurso impetrado pelo Ministério Público, que pedia o afastamento dos parlamentares das funções. O presidente da Câmara de Caruaru, Leonardo Chaves (PSD), informou que a Casa não vai recorrer das decisões. “Esse tem sido o nosso posicionamento desde o início dessa celeuma com a Operação Ponto Final e vamos manter a postura”, disse Chaves. Já os membros da Comissão de Ética evitaram se pronunciar sobre o assunto.

Assunto: MP encaminha denúncia contra três acusados da morte de torcedor	
Veículo: Blog da Folha	Data: 23/05/2014
Editoria:	Seção:



## **MP encaminha denúncia contra três acusados da morte de torcedor**

Agência Brasil – O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) encaminhou à Justiça, hoje (23), denúncia contra os três acusados da morte do torcedor Paulo Gomes da Silva, que foi atingido por um vaso sanitário arremessado de dentro do estádio Arruda, em Pernambuco, no dia 2 de maio.

Waldir Pessoa Firmino Júnior, 34, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Everton Felipe Santiago Santana, 23, foram acusados pelo homicídio e por três tentativas de homicídios, já que outras três pessoas ficaram feridas no episódio. O primeiro a ser detido foi Everton Santana. Na ocasião, ele revelou a participação dos outros dois suspeitos no crime.

O inquérito foi encaminhado para a 2ª Vara do Tribunal do Júri de Recife. Os três estão em prisão preventiva no Centro de Triagem, em Recife. Se condenados, poderão ser condenados a até 30 anos de reclusão.

Após o ocorrido, a Confederação Brasileira de futebol (CBF) interditou o estádio. O Santa Cruz, que comandava o jogo contra o Paraná, pela Série B do Brasileirão, foi multado em R\$ 60 mil. Também perdeu cinco mandos de campo.

Assunto: Justiça suspende processos de cassação de vereadores em Caruaru	
Veículo: Blog da Folha	Data: 23/05/2014
Editoria:	Seção:



## Justiça suspende processos de cassação de vereadores em Caruaru

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, José Fernando dos Santos, suspendeu nesta sexta-feira (23) seis processos de cassação contra vereadores do município, abertos pela Comissão de Ética da Câmara de Caruaru. Os vereadores foram acusados de corrupção passiva através da Operação Ponto Final, conduzida pela Polícia Civil de Pernambuco.

A decisão afasta momentaneamente a possibilidade de cassação dos vereadores Pastor Jadiel Nascimento (Pros), Louro do Juá (Solidariedade), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val de Cachoeira Seca (DEM) e Neto (PMN). Na semana passada também foi suspenso o processo de cassação contra o vereador Jajá, sem partido.

Restam três processos abertos na Comissão contra Evandro Silva (PMDB), Val das Rendeiras (Pros) e Eduardo Cantarelli (SDD). Entretanto, os advogados informaram que darão entrada a um pedido de liminar para suspender os processos.

O presidente da Câmara de Caruaru, Leonardo Chaves (PSD), informou que não a Casa na vai recorrer das decisões. “Esse tem sido o nosso posicionamento desde o início dessa celeuma com a Operação Ponto Final e vamos manter a postura”, disse. Já os membros da Comissão de Ética evitaram se pronunciar sobre o assunto.